



**AS CONTRIBUIÇÕES DA THC PARA AVANÇAR AS CONCEPÇÕES
BIOLÓGICAS E PSICOLOGIZANTES NAS QUEIXAS ESCOLARES**

*THC Contributions To Advance Biological And Psychological Conceptions In School
Complaints*

Fabiane Rizo Salomão¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0906-6095>

Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho²

 <https://orcid.org/0000-0001-5872-4341>

Rodrigo Lima Nunes³

 <https://orcid.org/0000-0002-5784-0081>

369

RESUMO

Este texto aborda a problemática das queixas escolares baseadas em concepções naturalizantes e a-históricas acerca do desenvolvimento humano. Com este texto objetivou-se apresentar o estudo feito a partir da análise dos relatórios de encaminhamentos de estudantes realizados por professores da Rede Municipal de Educação de Presidente Prudente/SP, ao Centro de Avaliação e Acompanhamento. A análise crítica baseou-se nos fundamentos da Teoria Histórico-cultural em intermediação com a Pedagogia Histórico-crítica, comparando os resultados aos dados encontrados por Souza (1997), o que apontou as tendências atuais, mudanças e similaridades nas concepções acerca das queixas escolares.

¹ Psicóloga SEDUC Presidente Prudente-SP e Doutoranda PPGE FCT/UNESP salomaopsico@yahoo.com.br.

² Professor Livre docente em educação e desenvolvimento humano pela FCT/UNESP-Presidente Prudente- SP. tuim.viotto@unesp.br

³ Doutor em Educação FCT/UNESP – Professor substituto da Universidade Estadual de Maringá – UEM ronunes29@gmail.com



Palavras-chave: Queixas escolares. Teoria Histórico-cultural. Pedagogia Histórico-crítica.

ABSTRACT

This text addresses the problem of school complaints based on naturalizing and a-historical conceptions about human development. This text aimed to present the study based on the analysis of student referral reports made by teachers of the Municipal Education Network of Presidente Prudente/SP, to the Evaluation and Monitoring Center. The critical analysis was based on the foundations of the Historical-cultural Theory in intermediation with the Historical-critical pedagogy, comparing the results to the data found by Souza (1997), which pointed out the current trends, changes and similarities in conceptions about school complaints.

Keywords: School complaints. Historical-cultural theory. Historical-critical pedagogy.

Introdução

A Psicologia tem se dedicado ao estudo das queixas escolares desde a década de 1980, quando Patto (1984) iniciou um movimento de crítica em relação a forma como os psicólogos compreendiam as queixas e realizavam a avaliação psicológica dos estudantes. Outros autores como Machado e Souza (1997); Bock (2000); Tanamachi, Proença e Rocha (2000) e Souza (1997, 2010) contribuíram com estudos relevantes sobre este tema, o que possibilitou novas formas de análise desse fenômeno, levando a uma ruptura com as concepções tradicionais e conservadoras acerca do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Neste sentido, a respeito das queixas escolares Leonardo, Leal e Rossato (2012, p.11) complementam

O enfoque sobre a mesma não é novo, assim como não é novo o olhar para ela que busca, em mitos naturalizados no indivíduo (aluno, professor, família), as explicações sobre sua gênese e manutenção, principalmente do olhar daqueles que constituem o âmbito escolar. No entanto, tem sua importância ao trazer reflexões para além do caráter individualizante das explicações comumente conjecturadas.

O interesse em estudar as queixas escolares surgiu da atuação como psicóloga no Centro de Avaliação e Acompanhamento (CAA) e, também, como consequência de estudos sobre a produção da queixa escolar realizados em decorrência da participação no GEIPEEthc (Grupo de Estudos, Intervenção e Pesquisa em Educação Escolar e Teoria Histórico-cultural) da UNESP-Presidente Prudente.



O CAA é um serviço da Secretaria Municipal de Educação do Município de Presidente Prudente/SP, composto por uma equipe interdisciplinar nas áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social e Psicopedagogia. Realiza avaliação e acompanhamento de estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental (primeiro ciclo) com queixas de problemas de aprendizagem e/ou o público alvo da Educação Especial (EPAEE), encaminhados pelos professores das escolas do Sistema Municipal (MASUYAMA ; SALOMÃO, 2019).

Neste texto apresentaremos contribuições de autores que realizam uma análise crítica a respeito do processo de formação das queixas escolares e exporemos dados atuais presentes nas queixas de estudantes que são encaminhados ao CAA.

Partimos da definição de Souza (2000), sobre a queixa escolar que revela uma insatisfação ou inadequação do estudante diante de padrões ou critérios estabelecidos pela escola ou pela sociedade. Neste sentido, os estudantes que não apresentam o desempenho esperado em avaliações, presentes no cotidiano da sala de aula, ou que não se comportam como o esperado pelos professores são vistos como portadores de algum transtorno, deficiência ou menos capazes que os demais. No estabelecimento desses critérios, não são consideradas as causas objetivas dos problemas vividos pelas crianças e jovens na escola e assim, as dificuldades identificadas no estudante, que, via de regra, concentram-se exclusivamente nele, passam a serem vistas como naturais, próprias de uma maneira de ser desadaptada deste indivíduo.

Machado e Souza (1997) denominam esse fenômeno de “naturalização” e destacam que os professores atuam como se os problemas de aprendizagem manifestados pelos estudantes estivessem fora de seu alcance ou fossem inacessíveis a eles, isso porque não se consideram como parte desse processo de ensino-aprendizagem e, automaticamente, atribuem a dificuldade exclusivamente ao estudante. Como consequência, ocorre a naturalização das queixas escolares, que leva a formas cristalizadas de compreensão desse fenômeno no ambiente escolar e a culpabilização dos estudantes.

Souza (2007), em seu artigo intitulado “Prontuários revelando os bastidores: do atendimento psicológico à queixa escolar”, demonstrou, a partir da análise do conteúdo desses instrumentos, a forma como a queixa escolar era compreendida pelos psicólogos, a prática realizada por eles no decorrer do atendimento e, posteriormente, nos encaminhamentos à queixa escolar.



Assim como Souza (2007), realizamos a análise de 16 prontuários do Centro de Avaliação e Acompanhamento (CAA), tendo como foco os relatórios de estudantes encaminhados ao serviço no ano de 2019. Tais relatórios foram elaborados pelos professores e se apresentam como possibilidade de revelação de concepções acerca do processo de escolarização dos estudantes e as características mais frequentes apresentadas nas queixas.

A análise do conteúdo dos relatórios de encaminhamento, tem como objetivo descrever as características das queixas e relacioná-las com concepções acerca do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, quais aspectos são enfatizados pelos professores ao encaminharem tais queixas, além de possibilitar a identificação das tendências presentes nesses relatórios.

Antes de expormos os dados identificados, faremos uma breve exposição de dados obtidos em pesquisas realizadas nas décadas de 1080-1990, que abordaram a temática das tendências manifestadas nas queixas escolares para posteriormente, compararmos com os dados atuais.

Souza (1997), no capítulo intitulado “A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo”, apresentou dados referentes ao perfil dos estudantes encaminhados aos serviços de Clínica-Escola do Instituto de Psicologia da USP e Unidades Básicas de Saúde (UBS) da região Sudeste da cidade de São Paulo.

Em relação aos encaminhamentos para as UBS, a autora destacou que 70% dos encaminhamentos de estudantes com idades entre 5 e 14 anos, apresentavam queixas de problemas de aprendizagem ou escolarização. Destas dificuldades, 50% foram atribuídas como problemas de aprendizagem e 21% como sendo problemas comportamentais. Desses estudantes, 61% ainda estavam matriculados na primeira ou na segunda série do ciclo I.

Também foram apresentados pela autora dados de uma pesquisa feita por Silveiras (1989), na qual foi realizada análise de prontuários da Clínica-Escola do Instituto de Psicologia (USP), no período de 1983 à 1989. Esta análise demonstrou que 41% dos motivos de encaminhamentos eram por mau desempenho escolar, sendo 28% devido a queixas comportamentais ou por brigas e 25% por motivos de dificuldades de fala.

Esse estudo também revelou que 71% desses estudantes encaminhados eram meninos que estavam cursando as primeiras séries do ciclo I e eram oriundos de famílias com baixa escolarização. Diante desses dados, Silveiras (1989) e Lopez (1983) comprovaram uma tendência no que se refere



aos encaminhamentos por queixas escolares nas quais um maior número de meninos era encaminhado se comparado as meninas, os encaminhamentos ocorriam, em sua maioria, nas séries iniciais e as dificuldades escolares eram as queixas mais frequentes.

Um aspecto observado neste levantamento e que nos chama a atenção refere-se ao fato de que metade das crianças eram ingressantes na escola e os professores acreditavam que elas apresentavam problemas de aprendizagem. Segundo Souza (1997, p.19), essa situação pode ser reconhecida como uma “hipótese de um certo ‘olho clínico’ do professor, representando o início precoce da responsabilização do aluno por suas dificuldades escolares”.

Souza (1997, p. 22) ressalta que esses encaminhamentos revelam a existência de um padrão pré-estabelecido pelos professores, o que leva a verem no estudante um “problema potencial”, atribuindo a ele a necessidade de um atendimento especializado e “preventivo”. Nessa lógica, a escola acaba apresentando um “pré-diagnóstico das dificuldades escolares”.

Uma particularidade relevante nas queixas escolares, apontada por Souza (1997), baseada em pesquisas que abordam o tema, é de que a maioria dos encaminhamentos para avaliação psicológica envolve uma questão de gênero, na qual os meninos são mais encaminhados do que as meninas. Este fato nos faz questionar as condições dos meninos na escola pública e o que leva os professores e demais profissionais da escola a identificarem mais problemas ou dificuldades nos estudantes do sexo masculino.

Argumenta Souza (1997) que as explicações para esta tendência podem estar atreladas aos diferentes estilos comportamentais entre meninos e meninas, ou pelo padrão de conduta exigido pela escola. Outro aspecto muito relevante envolve os estereótipos e preconceitos que os meninos de classes menos favorecidas sofrem nas escolas devido ao medo de que o estudante se torne um “marginal”, por isso são realizados encaminhamentos no sentido de garantir comportamentos mais submissos.

Após analisarem essas tendências nos encaminhamentos por queixas escolares, Machado e Souza (1997) verificaram que geralmente eles decorrem de crianças consideradas “problema” e que apresentam dificuldade para aprender. Em sua maioria são estudantes das séries iniciais, que frequentam a escola pública e pertencem a famílias de classes sociais mais pobres e os problemas de aprendizagem, geralmente são atribuídos a causas orgânicas, intelectuais ou psíquicas.



Diante desta problemática, Souza (1997, p.22) faz o seguinte questionamento “o que acontece, então, nessa relação de aprendizagem, nesse contato face a face, no contexto da sala de aula para que tantos encaminhamentos ocorram”? Nesta perspectiva patologizante, a criança seria portadora de problemas emocionais ou de outra natureza e que ao iniciar o contato com o ambiente escolar manifestaria tais problemas.

Souza (1997, p.23) ainda argumenta que estes dados nos levam a questionar a qualidade na formação inicial e continuada de professores e especialistas em educação, pois “a formação recebida acrescida dos desafios enfrentados na prática docente diária enfatizam as explicações psicológicas aos problemas escolares”.

Assim, Souza (1997, 2010) ressalta que as queixas psicológicas que ocorrem com maior frequência na escola não se manifestam nos estudantes devido a questões emocionais naturais, mas sim, resultado de uma síntese de muitos fatores relacionados às dificuldades que se apresentam durante o processo de escolarização.

A autora reitera que as relações escolares e as dificuldades delas decorrentes podem criar e recriar “inúmeras outras situações desafiadoras, aversivas ou violentas” (SOUZA, 1997, p. 26) e, nesse sentido, afirmamos que precisamos compreender os estudantes diante desse processo, sem culpabilizá-los ou patologizá-los.

Segundo Patto (1990, p.296), mesmo ao identificarmos uma psicodinâmica familiar que dificulta o bom rendimento escolar do estudante, não se pode entender seu comportamento escolar sem levar em conta a maneira como a escola se relaciona com sua subjetividade. Não basta dizer que o estudante vai para a escola preso a angústias predominantemente “esquizo-paranóides ou depressivas” decorrentes das relações familiares, como afirmam as teorias psicologizantes.

Tendo apresentado as tendências presentes nas queixas escolares identificadas em estudos na década de 1980 à 1990 e algumas reflexões críticas sobre a compreensão da queixa escolar, daremos continuidade ao texto apresentando os dados encontrados nos encaminhamentos feitos ao Centro de Avaliação e Acompanhamento (CAA), com objetivo de comparar os dados históricos com os atuais. A partir dessa comparação, poderemos identificar as tendências mais presentes atualmente nesses encaminhamentos e se ocorreram mudanças.



O Que Ainda Dizem Os Prontuários?

Tomamos como objeto de estudo, portanto, 16 prontuários de estudantes encaminhados pelos professores ao Centro de Avaliação e Acompanhamento, no ano de 2019. Ressaltamos que um número maior de estudantes foi encaminhado ao CAA, no entanto, nossa estudo teve como foco os 16 prontuários de estudantes que iniciaram o processo de avaliação-intervenção no primeiro semestre do ano 2019.

Além disso, o presente estudo centrou-se nos relatórios de encaminhamento nos quais os professores descreveram as características dos estudantes, suas dificuldades, habilidades, manifestando, por meio de um texto, as queixas escolares referentes aos mesmos.

Desses 16 estudantes encaminhados ao serviço, 12 correspondiam ao gênero masculino e apenas 4 correspondiam ao gênero feminino, dado que nos chama atenção, pois se iguala ao aspecto identificado nas pesquisas apresentadas por Souza (1997), em que a autora ressalta que a maioria das queixas escolares envolvem uma tendência ligada a questão de gênero, qual seja, a predominância de queixas em relação aos meninos.

Já em relação ao ano escolar que estavam frequentando, identificamos 06 estudantes do 1º ano, 4 estudantes do 3º ano, 02 do 2º ano, 02 do Pré I e 01 do maternal. Novamente os dados encontrados em nossa análise se identificaram com os encontrados por Souza (1997), pois a maioria dos encaminhamentos são de estudantes matriculados nos anos iniciais e especialmente no primeiro ano.

Outro aspecto relevante foi que em apenas 2 relatórios os professores destacaram as habilidades positivas dos estudantes encaminhados, demonstrando a dificuldade em encontrar aspectos positivos nos mesmos e, assim, atribuindo a eles características negativas que levam a produção, muitas vezes, de rótulos e estereótipos.

Em relação a natureza das queixas, dos 16 relatórios analisados, 11 relatavam explicitamente dificuldades de aprendizagem e os demais descreviam problemas comportamentais, que segundo a concepção dos professores, levavam a um baixo desempenho escolar.

Na descrição feita pelos professores sobre as dificuldades dos estudantes, identificamos 06 queixas de problemas de fala, como “trocas na fala”, “fala descontextualizada”, “problemas na



comunicação” e “fala infantilizada”. Também verificamos 05 queixas de “problemas na coordenação motora” ou “dificuldades motoras”, 08 de dificuldades na interação social, 04 de “agressividade com os colegas”, 02 de “dificuldade em seguir regras”, 09 queixas de “problemas de atenção” ou “distração” e “dispersão na execução das atividades escolares” e 04 de “dificuldade de compreensão” ou em “entender instruções”.

Estes aspectos observados nos encaminhamentos nos possibilitam realizar algumas reflexões a respeito das concepções dos professores sobre o desenvolvimento infantil. Pois, como descrevemos, tratam-se de estudantes, em sua maioria, matriculados em anos iniciais, desta forma, encontram-se em processo de desenvolvimento de suas habilidades relacionadas a comunicação, coordenação motora, atenção, auto controle da conduta e demais aspectos.

No entanto, o que verificamos nos encaminhamentos são queixas que já indicam um “mal funcionamento” desses aspectos, apontando que o estudante possui um problema ou distúrbio, o que tem engendrado os processos de rotulação e culpabilização dos estudantes. A este processo de culpabilização, (COELHO e FACCI, 2019, p. 78) ressaltam

No âmbito escolar estabeleceu-se o pressuposto de que as crianças carregam em si a aptidão para realizar, de forma inata, atividades mentais complexas, principalmente no que tange à atenção voluntária. Sendo assim, a criança é responsabilizada, caso não manifeste um psiquismo já desenvolvido, o que lhe atribui uma falha orgânica no desenvolvimento.

Nesse sentido, ressalta Souza (1997, p.22) “a presença da atitude diagnóstica escolar e preditiva da performance de atuação da criança é muito preocupante em função das consequências que trarão a esse aluno iniciante”, pois, a partir da exposição de resultados de pesquisas realizadas nas décadas de 1960 por Jacobson e Rosenthal, “a predição feita por uma pessoa quanto ao comportamento de outra de algum modo chega a realizar-se.

Assim como Souza (2020 p.29), verificamos nos relatos dos encaminhamentos feitos ao CAA a presença de “jargões escolares” como “ele não sabe nada”, possui “problema de aprendizagem”, tem “comportamento disperso”, não consegue “reter nada”, descrições estas muito vagas e abstratas, que pouco contribuem para a compreensão da história de escolarização do estudante e que acabam, apenas, em reforçar estereótipos.



Comparando, assim, os dados identificados por nós nos encaminhamentos feitos pelos professores ao CAA no ano de 2019, com os dados apresentados por Souza (1997), constatamos que não houveram mudanças, pois as tendências verificadas na década de 1980-1990, continuam muito presentes nas queixas escolares.

Estes dados constatados demonstram que mesmo com as críticas feitas por autores da psicologia, como Patto (1990), Collares e Moyses (1996; 1997, 2013), às concepções biologizantes e a-históricas sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, ainda são hegemônicas no campo educacional e influenciam a forma dos professores entenderem os estudantes, tendo como consequência a intensificação nos processos de patologização e medicalização da e na educação, como ressalta Meira (2019) e Tuleski e Franco (2019).

Coelho e Facci (2019, p. 78) apontam a forma como os ideais de competição e individualismo presentes na sociedade capitalista, camuflados pelo ideal de igualdade de direitos engendram os processos de exclusão e culpabilização dos sujeitos

Na sociedade capitalista, onde se proclama a igualdade natural entre os indivíduos, supõe-se que a educação deveria proporcionar a todos uma formação integral, porém, quando isso não acontece, as causas desse insucesso são buscadas no próprio indivíduo e não na estrutura econômica capitalista que, por possuir como matriz o capital, estabelece relações de exploração, dominação e desigualdade. Transmite-se a ideia de que o Estado garante a todos a educação necessária para o desenvolvimento das potencialidades humanas, culminando na culpabilização daqueles que fracassam nesse modelo de sociedade.

Faz-se importante explicitar que o processo de medicalização tem sua origem nos movimentos higienista e eugenista, como afirmam Eidt e Martins (2019) e Collares e Moysés (2013). Como explicam as autoras, tais movimentos difundiram ideias ainda imperantes nas práticas escolares, quais sejam, de que a inteligência e as habilidades dos estudantes são hereditárias; as famílias pobres vivem num ambiente insalubre e por isso não conseguem orientar seus filhos; há uma carência cultural impregnada nas classes populares que atrasa o desenvolvimento dos seus filhos; os problemas de aprendizagem são causados por disfunções cerebrais, hereditárias e presentes na própria família, dentre outras justificativas que acabam por representar o processo de patologização e justificam a necessidade de medicalização, fato que pouco (ou em nada) contribui com a superação das queixas escolares.



Assim, imperam, ainda, no ambiente escolar, visões idealistas que difundem preconceitos étnicos, de gênero e de classe social dentre outros, que discriminam os estudantes oriundos das classes populares e trabalhadoras e os excluem do processo de escolarização, naturalizando e patologizando as queixas escolares e acorrentando estes indivíduos a barreiras intransponíveis, que acabam por corroborar com a não efetivação de seus desenvolvimentos em um caminho humanizador e emancipatório.

Considerações Finais

O estudo do conteúdo dos relatórios dos estudantes encaminhados ao CAA demonstrou que as tendências verificadas em pesquisas nas décadas de 1980 e 1990 ainda estão fortemente presentes na atualidade educacional. Realidade descrita por Leonardo, Rossato e Leal (2012, p. 16) como desalentadora, "queixas de alunos que não correspondem ao esperado, em um sistema de ensino que representa uma sociedade excludente e cheia de desigualdades".

378

Verificamos que os estudantes continuam sendo encaminhados para avaliação muito cedo, quando ainda estão matriculados na Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Também identificamos a presença de concepções biologizantes por parte dos professores ao se referirem aos estudantes, atribuindo-lhes possíveis problemas de atenção, concentração, agitação comportamental, dificuldades de memorização e outros problemas justificados por questões de ordem "natural". Tais concepções levam a explicações sobre os problemas de aprendizagem, exclusivamente, pela análise da dinâmica psíquica ou funcionamento do cérebro dos estudantes, sem considerar as condições concretas de vida, a história de escolarização e outros aspectos que se relacionam ao processo de produção da queixa e do fracasso escolar.

Este fato nos leva a considerar o desconhecimento por parte dos professores de que as habilidades de concentração, memorização, ou auto controle da conduta não são de origem natural e sim, social, e por isso, necessitam de condições concretas para que sejam desenvolvidas, por meio de atividades desenvolvendo, como aponta Vigotski (1995) e autores atuais como Martins (2013).



Leonardo, Rossato e Leal (2012, p. 15) ressaltam que os dados sobre os problemas de aprendizagem, são alarmantes e se alongam desde o século passado. As autoras chamam atenção para o fato de que

Esses dados sinalizam que a escola no Brasil, há várias décadas, tem tido dificuldades em garantir a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, apresentando inúmeros obstáculos à apropriação do conhecimento historicamente produzido pela sociedade. Tal situação dificulta, ou mesmo impede, a plena humanização dos indivíduos, pois o movimento de tornar-se humano (LEONTIEV, 1978; DUARTE, 1996) ocorre a partir desta apropriação, pois é por meio dela que o homem reproduz em si as características do gênero humano historicamente produzidas.

Anunciamos, portanto, ao adotarmos uma visão histórico-cultural a respeito do desenvolvimento humano, que as funções psicológicas superiores como a sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem, imaginação, emoções e sentimentos se desenvolvem em e na atividade social, pelo processo de internalização dos signos, como afirma Martins (2013).

Neste sentido, entendemos que a educação escolar tem papel imprescindível na transmissão dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, e que pelo processo de objetivação e apropriação possibilitam o desenvolvimento dessas funções no psiquismo dos estudantes, como ressaltam, Martins (2013), Duarte (2013) e Saviani (2019).

Destarte, não podemos entender o funcionamento psíquico de forma fragmentada e atribuir aos estudantes problemas de atenção, memorização ou outros problemas, sem considerar o contexto educacional, suas histórias de escolarização, condições concretas de vida, as especificidades de seus períodos de desenvolvimento e as inter-relações sociais e pedagógicas que se travam no tempo e espaço escolar.

Ressaltamos que ao discutirmos o conteúdo dos encaminhamentos de estudantes para avaliação, não negamos a possibilidade de existência de indivíduos que possam ter problemas orgânicos, comprometimentos intelectuais ou cognitivos, condicionantes estes que podem dificultar o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, no entanto, verificamos a necessidade de apontar e discutir a presença hegemônica de concepções biologizantes e naturalizantes nesses encaminhamentos e anunciar a importância de que os professores, embasados em teorias educacionais



e psicológicas, como a Pedagogia Histórico-crítica³ e a Teoria Histórico-cultural⁴, possam, de fato, compreender como ocorre o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos e, assim, por meio do trabalho pedagógico, promover o desenvolvimento psíquico dos estudantes e favorecer uma melhor compreensão acerca das queixas escolares e possibilidades para sua superação.

Referências

BOCK, A. M. B. As influências do Barão de Münchhausen na Psicologia da Educação. In: TANAMACHI, E.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. (Orgs.) **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

COLLARES, C.L.; MOYSES, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de inteligência. **Revista Psicologia**. 380
São Paulo: USP, nt.7, vol.1, 1997.

_____. Controle e medicalização da infância: controlar é preciso. Número 1 ano 1. **Temas em destaque**. 2013. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/viewFile/2456/2090>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

COELHO, P. C.; FACII, M. G. D. **O determinismo biológico presente na compreensão das dificuldades no processo de escolarização** In: Avaliação psicológica e escolarização : contribuições da psicologia histórico-cultural / Organizadoras: Marilda Gonçalves Dias Facci, Nilza Sanches Tessaro Leonardo, Marilene Proença Rebello de Souza. -- Teresina, PI : Edefpi,2019.

DUARTE, N. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. 3ª ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

EDIT, N. M., MARTINS, D. R. Medicalização, uma história antiga: recuperando as relações com o higienismo e a eugenia na sociedade e educação. In: TULESKI, S.C., FRANCO, A.F.(Orgs.) **O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento**. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2019.

³ Saviani (2012, 2019, 2013), Martins (2013), dentre outros.

⁴ Vigotski (1995), Duarte (2013), Viotto Filho e Ponce (2012), dentre outros.



FRANCO, A. F. Reflexões em torno do encaminhamento da queixa escolar e a produção do fracasso escolar franco In: **IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE- PUC**, PR, p. 5181-5187, 2009.

LEONARDO, N.S.T.; LEAL, Z. F. R. G.; ROSSATO, S.P.M. (Orgs.). **Pesquisas em queixa escolar**: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar. Maringá: Eduem, 2012.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo humano e a educação escolar** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MASUYAMA, P. M. K.; RIZO SALOMÃO, F. **Interdisciplinaridade e educação**: aprendizagem e desenvolvimento humano. Contribuições para uma educação para todos. São Carlos: Pedro & João editores, 2019.

MEIRA, M.E.M. Incluir para continuar excluindo: A produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. **A exclusão dos "incluídos"**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDEUM, 2012.

MEIRA, M. E. M. Medicalização na e da educação: processos de produção e ações de enfrentamento. In: TULESKI, S. C., FRANCO, A. F. (Orgs.) **O lado sombrio da medicalização da infância**: possibilidades de enfrentamento. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2019.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1984.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP. Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP. Autores Associados, 2013.

SILVARES, E. **Descrição comportamental e sócio-econômica da população infantil de uma clínica-escola de Psicologia de São Paulo**. In: Relatório Científico., Mimeo., 1989.



SOUZA, B. P. (Org). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M. P. R. Prontuários revelando os bastidores: do atendimento psicológico à queixa escolar. In: SOUZA, B. de P. (Org). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, B. P. (Org). **Orientação à queixa escolar**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2ª ed. E-book. São Paulo, 2020.

SOUZA, M.P.R. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Orgs.). **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA. M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 129-149, 2010. Disponível em: emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2255/2222. Acesso em: 04 de maio de 2017.

TANAMACHI, E., PROENÇA, M., ROCHA, M. (Orgs.) **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

TULESKI, S.C., FRANCO, A.F.(Orgs.) **O lado sombrio da medicalização da infância**: possibilidades de enfrentamento. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2019.

VIOTTO FILHO, I. A. T.; PONCE, R. F. (Org.). **Psicologia & Educação**: Perspectivas críticas para a ação psicopedagógica. 1ed.Birigui/SP: Boreal, 2012, v. 1, p. 26-46.

VYGOSKI, L. S. **Obras escogidas III**. Madrid, 1995.